



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

RELATÓRIO DE ANÁLISE ANUAL DE CONTAS

TIPO DE ANÁLISE : CONTAS DE GESTÃO
EXERCÍCIO : JANEIRO A DEZEMBRO/2016
PROCESSO N. : 03268/2017
UNIDADE AUDITADA : PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ
GESTOR : HUMBERTO DE FREITAS MACHADO
RELATÓRIO Nº : 001/2022

Senhora Procuradora Geral/Legislativo,

Vistos e analisados os presentes autos das Contas de Gestão do Poder Executivo do Município de Jataí, referente ao exercício de 2016, autuado junto ao Tribunal de Contas dos Municípios em 14/02/2017 para sua apreciação, relatamos o que segue:

I - DA ANÁLISE PRELIMINAR

1. A ordem cronológica de exigibilidade dos pagamentos **não foi obedecida** pelo gestor do Poder Executivo. Conforme relatório juntado às fls. 337 vol.4, o órgão encerrou o exercício de 2016 com saldo de Restos a Pagar Processados no montante de R\$ 57.425,00 (Dispositivo violado: art. 5º, Lei 8.666/93):

art. 5º " Todos os valores, preços e custos utilizados nas licitações terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 42 desta Lei, devendo cada



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

unidade da Administração, no pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços, obedecer, para cada fonte diferenciada de recursos, a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, salvo quando presentes relevantes razões de interesse público e mediante prévia justificativa da autoridade competente, devidamente publicada".

2. A contribuição previdenciária patronal paga ao RPPS **não obedece** às disposições da legislação previdenciária municipal, conforme demonstrativo abaixo. (Dispositivo violado: art. 2º, Lei Municipal nº 3735/15);

Contribuição Patronal - RPPS

Base de cálculo apresentada no Quadro Demonstrativo	20.422.170,41
Elemento de Despesa 31901103	26.779.170,71
Vantagens temporárias informada ao SGP	6.949.972,37
Total: Elemento de despesa, excluídas vantagens temporárias	19.829.198,34

A base de cálculo, apresentada no quadro Demonstrativo fornecido pelo gestor, é compatível com os dados enviados a este TCM, portanto, foi utilizada na presente análise.

A) Contribuição Patronal (alíquota 21,13%)	4.315.204,61
Percentual (A-C)/A	25,77%
B) Valor Empenhado	3.245.491,33
C) Valor Pago	3.203.098,54
D) Diferença (B-C)	42.392,79
Fonte: Pesquisa de Empenhos SICOM/TCM e Quadro Demonstrativo (fls. 328/333/334/297/300/305 vol. 4)	

Constatou-se que o montante de R\$ 42.392,79, foi regularizado no exercício de 2017, conforme Relatório de Restos a Pagar emitido pelo SICOM/TCM. Fls 336, vol 4.

Considerando os apontamentos acima relatados, o TCM encaminhou abertura de vista, solicitando ao gestor a apresentação dos seguintes documentos: I) Lei do RPPS para respaldar as informações do sumário da folha de pagamento; II)



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Guias de recolhimento Previdenciário do RPPS e Termo de Parcelamento com os respectivos comprovantes de pagamento.

3. Houve inadimplemento no pagamento dos débitos previdenciários acordados com o Regime Próprio de Previdência Social. Durante o exercício de 2016, o Poder Executivo pagou o montante de R\$ 1.239.041,44 (fls. 538/540, vol.5) no elemento de despesa 4.6.90.71.01 destinado ao pagamento de parcelamentos previdenciários. Todavia, considerando os parcelamentos previdenciários em vigor no município com parcelas vincendas em 2016 (fls.541, vol 5), o poder executivo deveria ter empenhado e pago, no mínimo, o montante de R\$ 2.470.674,12.

II. PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA

Após abertura de vistas o pelas contas Sr. Humberto de Freitas Machado, autuou por meio de petição (fls. 01/13, vol. 1) Recurso Ordinário objetivando a reforma do Parecer Prévio Nº 00161/2018 e Acórdão nº 08736/2018, que manifestou pela REJEIÇÃO das contas de gestão do Executivo do Município de Jataí do exercício de 2016.

Remetidos os autos à Secretaria, esta emitiu o Certificado nº 197/2020 (fls. 358/364), no qual manifestou-se nos seguintes termos:

1. IRREGULARIDADE I

A ordem cronológica de exigibilidade dos pagamentos **não foi obedecida** pelo gestor do Poder Executivo. Conforme relatório juntado às fls. 337 vol.4, o órgão encerrou o exercício de 2016 com saldo de Restos a Pagar Processados no montante de R\$ 57.425,00 (Dispositivo violado: art. 5º, Lei 8.666/93):



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Manifestação do Gestor: Em resumo, argumenta que o município possuía saldo suficiente em caixa para pagar as despesas de restos a pagar. Argumenta ainda que a prefeitura não pode efetuar o pagamento de despesas que não tenha o parecer favorável do controle interno autorizando a quitação.

Análise da Secretaria: A argumentação do gestor não pode ser acatada, tendo em vista a não apresentação de documentos comprobatórios dos fatos alegados.

O cumprimento da ordem cronológica de exigibilidade dos pagamentos prevista na Lei nº 8.666/93 tem aplicação imediata e assegura a impessoalidade, a probidade e a segurança jurídica dos negócios públicos, tendo em vista que impede o gestor público de escolher quem pagará primeiro e garante aos credores o pagamento numa ordem lógica, temporal e preestabelecida em Lei.

Quando uma despesa é liquidada (exigível), mas não paga no exercício financeiro, ela é inscrita em restos a pagar processados, conforme o art. 36 da Lei nº 4.320/64. Ocorre que essa despesa deve ser paga antes das despesas que forem empenhadas e pagas por meio dos créditos do orçamento do exercício corrente. Dessa forma, sempre que um Gestor realizar o pagamento de despesas empenhadas no exercício corrente, mas não pagar as obrigações liquidadas em exercícios anteriores - restos a pagar processados, ele estará descumprindo a ordem cronológica de pagamento exigida no art. 5º da Lei nº 8.666/93.

Assim, resta comprovado o descumprimento da ordem cronológica de pagamento exigida em lei, pois o gestor realizou o pagamento de despesas empenhadas em 2016, mas não pagou o montante de R\$ 57.425,00, referente a obrigações liquidadas em exercícios anteriores relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços (fls. 337, vol.4).

No entanto, o saldo a pagar é inferior a 1% do montante pago no exercício a título de bens, locações, obras e



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

serviços (fls.280, vol.7). Destarte, considerando o disposto no art. 11 da DN 04/2017, no art. 12, inciso II, da Lei Estadual nº 15.958/07 (LOTCM GO), a Secretaria entendeu que a falha pode ser ressalvada na presente prestação de contas.

Parecer: A irregularidade foi **sanada, com ressalva** na presente prestação de contas, ou seja, o TCM considerou que tal irregularidade não causou dano ao erário e não se demonstra razoável julgar irregulares as contas.

2. IRREGULARIDADE II

A contribuição previdenciária patronal paga ao RPPS **não obedece** às disposições da legislação previdenciária municipal, conforme demonstrativo abaixo. (Dispositivo violado: art. 2º, Lei Municipal nº 3735/15);

Contribuição Patronal - RPPS

Base de cálculo apresentada no Quadro Demonstrativo	20.422.170,41
Elemento de Despesa 31901103	26.779.170,71
Vantagens temporárias informada ao SCGP	6.949.972,37
Total: Elemento de despesa, excluídas vantagens temporárias	19.829.198,34

A base de cálculo, apresentada no quadro Demonstrativo fornecido pelo gestor, é compatível com os dados enviados a este TCM, portanto, foi utilizada na presente análise.

A) Contribuição Patronal (alíquota 21,13%)	4.315.204,61
Percentual (A-C)/A	25,77%
B) Valor Empenhado	3.245.491,33
C) Valor Pago	3.203.098,54
D) Diferença (B-C)	42.392,79
Fonte: Pesquisa de Empenhos SICOM/TCM e Quadro Demonstrativo (fls. 328/333/334/297/300/305 vol. 4)	

Manifestação do Gestor: "Em 05 de julho de 2017 foi expedido o despacho nº 01460/2017, versando que a contribuição previdenciária patronal paga ao RPPS não obedece a disposições da legislação previdenciária municipal, requerendo na sequência que o gestor apresentasse as documentações relativas



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

à Lei RPPS respaldando as informações do sumário da folha de pagamento, guias de recolhimento previdenciário junto ao RPPS e Termo de Parcelamento com os respectivos comprovantes de pagamento.

Na ocasião toda documentação requerida foi apresentada, qual seja, Lei do RPPS, Termo de Parcelamento, à exceção dos comprovantes de recolhimentos previdenciários, haja vista que o valor remanescente de R\$1.069.713,28, relativo à parte patronal não fora recolhido no exercício de 2016, porém devidamente parcelado pelo sucessor do poder executivo municipal, gestão 2017/2020.

Ademais, invocamos o cumprimento da Decisão Normativa nº 004/2015, que dispõe sobre uniformização de jurisprudência relativa a parcelamentos de débitos previdenciários, haja vista que, ainda hoje não é novidade para nenhum órgão fiscalizatório de contas públicas que o grande gargalo da administração municipal, estadual e federal, no Brasil, chama-se Previdência Social. No caso em apreço não foi diferente, apesar que pode-se considerar valor ínfimo, o remanescente de obrigações patrimoniais junto ao RPPS do Município de Jataí que restou ao longo dos 8 (oito) anos de gestão.

Relembrando que, ao invocar a aplicação da DN nº 004/2015, esclarecemos que de um total de R\$ 3.980.708,73 de saldo em circulação de dívida fundada referente ao Jataí-prev, em 2009, durante o primeiro mandato foi saldado o montante de R\$ 5.081.019,31, já com as devidas correções e atualizações, ou seja, na gestão 2009/2013 amortizamos o valor de R\$ 1.100.310,58, que deve ser levado em conta para fazer face ao valor que deixamos para o nosso sucessor na ordem de R\$ 1.069.713,28, ou seja, estamos amparados na perspectiva da consideração de regularidade das contas em razão da aplicação do item 03 das DN 004/2015 que diz textualmente em seu art. 1º:

3. Ocorrendo o parcelamento de dívida da gestão anterior e da gestão do Prefeito atual, e vindo tal parcelamento adentrar a gestão posterior, deverá ser realizado levantamento visando verificar se aquela primeira dívida



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

comprometeu a gestão do prefeito que realizou o parcelamento ao ponto do parcelamento da segunda dívida adentrar na gestão posterior.

Podemos trazer à discussão ainda, o texto do item 6 da Decisão Plenária nº 04/2015, assim redigida:

"6. Independente dos critérios estabelecidos nos dispositivos anteriores, os parcelamentos de débitos previdenciários deverão ser avaliados diante do conjunto de irregularidades verificadas no caso concreto, considerando a visão macro dos fatos e das circunstâncias que acarretaram o inadimplemento das obrigações previdenciárias, de modo que a opinião reflita melhor aderência aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade".

Destarte, observada a orientação acima traçada, levando em conta que o Poder Executivo arcou com pagamento de dívidas previdenciárias herdadas da gestão anterior, conforme informações obtidas junto ao CADPREV - Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social, somando-se um montante da ordem de R\$ 3.452.974,36, oriundos de parcelamentos firmados em acordos no período de 2005 e 2007, comprovados conforme farta documentação anexa, dessa forma considerando a somatória de R\$ 3.540.387,40 oriundos dos valores apontados como motivação das irregularidades nos itens 2 e 3, ou seja R\$ 1.069.713,24 mais o parcelamento R\$ 2.470.674,12, restou somente a diferença de R\$ 87.413,04".

Análise da Secretaria: Em síntese o recorrente reafirma que o não recolhimento do valor de R\$ 1.069.713,28 no exercício de 2016, se deu em razão de dívidas herdadas da gestão anterior.

Em relação a alegação dos parcelamentos de exercícios anteriores, constata-se que durante o exercício de 2016



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

vigoraram três parcelamentos de débitos previdenciários junto ao RPPS (pesquisa CADPREV, fls. 130, vol. 1) os quais se detalham a seguir:

Nº Termo de Parcelamento	Valor	Período	Qtd. De Parcelas	Valor Parcela 1ª parcela
00024/2007	R\$ 4.485.865,72	10/2005 a 12/2006	240	R\$ 18.691,11 20/01/07
00867/2014	R\$ 1.063.103,80	03/2014 a 09/2014	26	R\$ 40.888,61 30/11/14
00801/2015	R\$ 4.298.482,33	05/2015 a 10/2015	13	R\$ 330.652,49 30/12/15
00180/2017	R\$ 4.793.579,59	07/2016 a 12/2016	60	R\$ 79.892,99 30/03/17
00189/2017	R\$ 270.557,83	03/2014 a 09/2014	60	R\$ 4.509,30 30/03/17
00190/2017	R\$ 2.338.071,94	05/2015 a 10/2015	60	R\$ 38.967,87 30/03/17
00197/2017	R\$ 6.682.984,06	10/2005 a 12/2006	60	R\$ 111.383,07 30/03/17
00764/2017	R\$ 6.501.282,80	10/2005 a 12/2006	200	R\$ 32.506,41 30/10/17
00765/2017	R\$ 2.274.502,93	05/2015 a 10/2015	200	R\$ 11.372,51 30/10/17
00766/2017	R\$ 263.201,72	03/2014 a 09/2014	200	R\$ 1.316,01 30/10/17
00767/2017	R\$ 4.699.029,57	07/2016 a 12/2016	200	R\$ 23.495,15 30/10/17
00456/2019	R\$ 3.079.853,03	09/2018 a 04/2019	17	R\$ 181.167,83 30/07/19
00457/2019	R\$ 5.584.048,36	09/2018 a 04/2019	17	R\$ 328.473,43 30/07/19

Assim, verifica-se que apenas o acordo de nº 00024/2007 é referente a gestão anterior. Sendo que tal parcelamento, com pagamento anual sem atualização de R\$224.293,32 (12 x 18.691,11), não se mostra capaz de afetar a gestão de 2016 a ponto de impedir que os recolhimentos da contribuição patronal do RPPS ocorressem de forma regular, haja vista que a receita do município de Jataí em 2016 foi de R\$201.034.214,62 (fls. 314/315, vol.7).

Portanto, não assiste razão o gestor quando afirma que parcelamentos de gestões anteriores impediram que o Poder Executivo efetuasse todos os pagamentos da contribuição patronal do exercício de 2016, uma vez que, os parcelamentos firmados através dos acordos nº 00867/2014 e 00801/2015, são referentes à sua própria gestão (2013/2016).

Em pesquisa ao Sistema de Controle de Contas Municipais - SICOM (fls.300/302, vol 7), nota-se que em 2016 foi empenhado e pago o montante de R\$ 1.239.041,44, referente ao pagamento de parcelamentos junto ao RPPS. Contudo, verifica-se que desse total, somente a quantia de R\$ 72.997,38 é concernente ao parcelamento da gestão de 2005/2006 (acordo nº 00024/2007). Assim, resta claro e evidente que os recolhimentos do parcelamento realizado pela gestão 2005/2016



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

(R\$ 72.997,38), não gerou grande impacto nas finanças do município em 2016 e, portanto, não foram a causa que levaram ao inadimplemento no pagamento da contribuição patronal do RPPS do exercício de 2016, conforme alega o gestor.

Importante esclarecer ao recorrente, que a irregularidade em questão trata-se de recolhimento referente ao exercício de 2016, ou seja, último ano do seu segundo mandato. Portanto, deveria o gestor perseguir o princípio do equilíbrio estabelecido no art. 1º da LC nº 101/2000 (LRF), de modo a garantir uma gestão planejada em que previnem os riscos e corrigem os desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

Verifica-se que referente a gestão anterior (2005/2008) foram pagos pela nova gestão (2009/2012 e 2013/2016) o valor de R\$ 2.044.922,10 que equivale a 4,93% do total pago referente a previdência própria do município e, ainda os pagamentos foram até a competência de dezembro de 2013, o que não afetaria o exercício de 2016. Ressalta-se ainda, que os documentos apresentados não estão acompanhados dos respectivos comprovantes bancários de transferências.

Do exposto, considerando o não recolhimento de parte da contribuição patronal do exercício de 2016, no montante de R\$ 1.069.713,28, bem como o seu parcelamento ter ultrapassado a gestão do causador das dívidas, permanece a irregularidade apontada.

Parecer: Irregularidade mantida.

3. IRREGULARIDADE III

Houve inadimplemento no pagamento dos débitos previdenciários acordados com o Regime Próprio de Previdência Social. Durante o exercício de 2016, o Poder Executivo pagou o montante de R\$ 1.239.041,44 (fls. 538/540, vol.5) no elemento de despesa 4.6.90.71.01 destinado ao pagamento de



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

parcelamentos previdenciários. Todavia, considerando os parcelamentos previdenciários em vigor no município com parcelas vincendas em 2016 (fls.541, vol 5), o poder executivo deveria ter empenhado e pago, no mínimo, o montante de R\$ 2.470.674,12.

Manifestação do Gestor: "Em 06 de novembro de 2017 foi expedido o Despacho nº 02441/2017 e Certificado 447/2018, onde fora demonstrado que o valor apontado como inadimplemento de amortização de parcelamento previdenciário junto ao RPPS é menor que o constatado pelo Analista, ou seja, informa-se o montante de R\$ 4.682.786,52 sendo que na realidade o valor é de R\$ 2.470.674,12, menos da metade apontado pelo TCM.

O método utilizado para o cálculo deve basear-se na individualização dos órgãos orçamentários distintos e nas exigibilidades das parcelas avençadas, ou seja, deve somar as parcelas vencidas e não amortizadas dentro de cada órgão.

Por outro lado, o inadimplemento de débitos previdenciários tornou-se crônico no país, a levar-se em consideração os cálculos atuariais para regularidade da operacionalidade dos regimes de previdência, torna-se praticamente impossível a administração dos recursos públicos no Brasil.

Já antevendo o caos previdenciário no país, por força da Lei Federal nº 9.249/95 de 26 de dezembro de 1995, já regulava a matéria quando mencionada em seu art. 34:

"Art. 34. Extingue-se a punibilidade dos crimes definidos na Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990, e na Lei nº 4.729 de 14 de julho de 1965, quando o agente promover o pagamento do tributo ou contribuição social, inclusive acessórios, antes do recebimento da denúncia"

Por outro lado, por força da norma acima descrita, desde que a pessoa jurídica promova o pagamento do débito,



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

total ou por parcelamento, fica extinta a punibilidade. Assim sendo, não há motivo justo para manutenção da irregularidade aventada, tendo em vista que o que foi possível dentro das condições econômicas do município, foram devidamente amortizados, o que se comprova com os documentos apensados aos autos.

Portanto, invocamos o princípio da razoabilidade e proporcionalidade mencionada na Decisão Normativa nº 004/2015 que dispõe no art. 1º, item 6:

"6. Independente dos critérios estabelecidos nos dispositivos anteriores, os parcelamentos de débitos previdenciários deverão ser avaliados diante do conjunto de irregularidades verificadas no caso concreto, considerando a visão macro dos fatos e das circunstâncias que acarretaram o inadimplemento das obrigações previdenciárias, de modo que a opinião reflita melhor aderência aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade".

No nosso sentir, as contas em apreço, deve ser julgada levando em consideração todo contexto de duas gestões administrativas como chefe do Poder Executivo de Jataí, principalmente quando se percebe que as falhas remanescentes não teve o condão de macular as respectivas contas. Lembrando ainda que o art. 172, I, II, III e §1 e art. 173, inciso II, do Regimento Interno dessa Corte de contas, que de forma razoável e justa, assim dispõe".

Análise da Secretaria: O recorrente reafirma que o valor não pago referente aos parcelamentos previdenciários no exercício de 2016 é de R\$ 2.470.674,12 e solicita a avaliação das contas de 2016 levando em consideração todo o período administrado pelo gestor.

Em que pese o recorrente reafirmar que o valor



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

apontado inicialmente estar incorreto e apresentar o valor de R\$ 2.470.674,12, esclarecemos que o valor alegado já havia sido acolhido pelo Tribunal quando da análise realizada na fase inicial das presentes contas.

O recorrente apresenta Termos de Parcelamentos e Reparcèlement realizados no exercício de 2017, contemplando competências de parcelamentos anteriormente assumidos. Portanto, durante o exercício de 2016, não foram efetuados os pagamentos de forma regular, não podendo o gestor se eximir de tal responsabilidade.

Assim, o fato das parcelas não pagas no exercício de 2016 terem sido motivo de reparcèlement na gestão posterior, não regulariza a conduta de quem por dever deixou de efetuar os devidos pagamentos em sua gestão.

Ressalta-se que o parcelamento compromete a gestão futura e denota ato antieconômico, tendo em vista a incidência de multas e juros. Conforme preconiza o artigo 40 da Constituição Federal de 1988, aos servidores titulares de cargo efetivo da união, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é garantido regime de previdência de caráter contributivo e solidário, por meio de contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas.

Nesse sentido, o pagamento da parte patronal ao RPPS não pode ser interpretado pelo Gestor como mera faculdade atribuída ao município, mas como um instrumento necessário e compulsório para a sustentabilidade da Previdência Própria, sob pena de se afrontar o princípio constitucional do equilíbrio financeiro e atuarial do fundo previsto no art. 40 da CF/88, bem como de se comprometer o equilíbrio das contas públicas preconizado no parágrafo único do art. 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Ressalta-se que após abertura de vista ao recorrente não foram apresentados nenhum documento que comprove o pagamento do débito previdenciário apontado.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Do exposto, considerando o inadimplemento no pagamento dos débitos previdenciários (R\$ 2.470.674,12) acordados com o Regime Próprio de Previdência Social durante o exercício de 2016 e, ainda, que o parcelamento realizado pela nova gestão não exime a responsabilidade do gestor do Executivo no exercício de 2016, entende o TCM que a irregularidade deve ser mantida.

Parecer: Irregularidade mantida.

III - CONCLUSÃO DA AUDITORIA DE CONTAS

A Secretaria de Recursos do Tribunal de contas dos Municípios, diante do exposto sugere:

- 1) O não provimento do recurso ordinário;
- 2) Parecer prévio pela REJEIÇÃO das contas de gestão do Sr. Humberto de Freitas Machado, Prefeito e Gestor do Poder Executivo do município de Jataí, no exercício de 2016, em razão da permanência das irregularidades apontadas nos itens 2 e 3;
- 3) A manutenção da multa no valor de R\$ 1.000,00 imputada ao Sr. Humberto de Freitas Machado;
- 4) a manutenção da ressalva do item 1;

Evidencia-se que a Secretaria considerou os documentos apresentados sob o aspecto da veracidade ideológica presumida.

IV - MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS

o Ministério Público de Contas do TCM exarou o Parecer nº 0814/2020 (fl. 365 - vol.1) conforme segue:



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

"PARECER N° 00814/2020"

Tratam os presentes autos sobre o Recurso Ordinário, tendo por escopo a reforma da decisão proferida no Acórdão n° 0736/18, no qual esta Conte de contas emitiu parecer pela **REJEIÇÃO** das contas de gestão, relativas ao exercício de 2016, com imputação de multas.

O presente Recurso foi admitido pela Presidência do TCM, com fulcro no art. 210, §1º, do Regimento Interno TCM/GO.

A secretaria de Recursos manifestou-se pelo não provimento do aludido recurso, opinando pela **REJEIÇÃO** das contas reexaminadas, mantendo as imputações de multas.

Diante do exposto, no mérito, o posicionamento desta Procuradoria segue o mesmo entendimento adotado pela Unidade Técnica deste Tribunal, pelos seus próprios fundamentos, inexistindo razões de ordem jurídica para divergir".

V- ANÁLISE E VOTO DO RELATOR

O Conselheiro Relator, após análise dos autos, diverge da Unidade Técnica e do Ministério Público de Contas, no que diz respeito a manutenção das irregularidades constantes nos itens 2 e 3 do relatório, que trata do inadimplemento das obrigações patronais e de parcelamento junto ao Fundo Próprio de Previdência - JATAIPREV.

"Verifica-se que o Município de Jataí enfrenta dificuldades com o adimplemento de suas obrigações com o RPPS por consecutivos exercícios, conforme é possível constatar pelo número considerável de parcelamento e reparcelamentos que se encontram vigentes no Município, conforme pesquisa CADPREV(fl. 130, vol. 1), conforme tabela abaixo:

Nº Termo de Parcelamento	Valor	Período	Qtd. De Parcelas	Valor Parcela	1ª parcela
00024/2007	R\$ 4.485.865,72	10/2005 a 12/2006	240	R\$ 18.691,11	20/01/07
00867/2014	R\$ 1.063.103,80	03/2014 a 09/2014	26	R\$ 40.888,61	30/11/14
00801/2015	R\$ 4.298.482,33	05/2015 a 10/2015	13	R\$ 330.652,49	30/12/15
00180/2017	R\$ 4.793.579,59	07/2016 a 12/2016	60	R\$ 79.892,99	30/03/17
00189/2017	R\$ 270.557,83	03/2014 a 09/2014	60	R\$ 4.509,30	30/03/17



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

00190/2017	R\$ 2.338.071,94	05/2015 a 10/2015	60	R\$ 38.967,87	30/03/17
00197/2017	R\$ 6.682.984,06	10/2005 a 12/2006	60	R\$ 111.383,07	30/03/17
00764/2017	R\$ 6.501.282,80	10/2005 a 12/2006	200	R\$ 32.506,41	30/10/17
00765/2017	R\$ 2.274.502,93	05/2015 a 10/2015	200	R\$ 11.372,51	30/10/17
00766/2017	R\$ 263.201,72	03/2014 a 09/2014	200	R\$ 1.316,01	30/10/17
00767/2017	R\$ 4.699.029,57	07/2016 a 12/2016	200	R\$ 23.495,15	30/10/17
00456/2019	R\$ 3.079.853,03	09/2018 a 04/2019	17	R\$ 181.167,83	30/07/19
00457/2019	R\$ 5.584.048,36	09/2018 a 04/2019	17	R\$ 328.473,43	30/07/19

Desta forma, é possível afirmar que cada gestor além das suas obrigações patronais presentes, deverá arcar com as parcelas pretéritas, bem como seus encargos, o que de certa forma dificulta a administração das obrigações junto ao Regime Próprio de Previdência.

Analisando as contas do exercício de 2016 é possível verificar que houve o empenho e o pagamento de contribuições previdenciárias patronais na ordem de R\$ 3.245.491,33, conforme quadro abaixo:

Contribuição Patronal - RPPS

Base de cálculo apresentada no Quadro Demonstrativo	20.422.170,41
Elemento de Despesa 31901103	26.779.170,71
Vantagens temporárias informada ao SCGP	6.949.972,37
Total: Elemento de despesa, excluídas vantagens temporárias	19.829.198,34

A base de cálculo, apresentada no quadro Demonstrativo fornecido pelo gestor, é compatível com os dados enviados a este TCM, portanto, foi utilizada na presente análise.

A) Contribuição Patronal (alíquota 21,13%)	4.315.204,61
Percentual (A-C)/A	25,77%
B) Valor Empenhado	3.245.491,33
C) Valor Pago	3.203.098,54
D) Diferença (B-C)	42.392,79
Fonte: Pesquisa de Empenhos SICOM/TCM e Quadro Demonstrativo (fls. 328/333/334/297/300/305 vol. 4)	

No mesmo exercício foram pagos de parcelamento - valor do principal -, o montante de R\$ 1.239.041,44 (conforme extraído do SICOM), que é o somatório das despesas empenhadas nos elementos 4.6.91.71.01 e 4.6.90.71.01.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Desta forma, os parcelamentos representam aproximadamente 25% do que o Município teria que pagar com as obrigações patronais, ou seja, podemos considerar que o valor dos parcelamentos impacta a administração do pagamento das contribuições previdenciárias ao regime próprio.

Outras duas despesas que tem impacto direto na capacidade de pagamento das contribuições previdenciárias, são a correção monetária da dívida previdenciária e dos aportes financeiros realizados pelo município em favor do JATAIPREV, os quais totalizaram em 2016 o montante de R\$ 262.940,14 e 426.223,58, respectivamente.

Portanto, os valores de parcelamento e aporte financeiro pagos pelo Município em 2016 são significativos em relação ao montante total das contribuições patronais, os quais não podem ser desconsiderados na análise do caso concreto, conforme preconiza o item 6 da DN 04/2015.

Ainda que os valores das contribuições patronais e dos parcelamentos não tenham sido adimplidos em sua completude, é possível constatar que houve recolhimento de valores consideráveis em favor do JATAIPREV, nas duas modalidades. Portanto, não seria razoável a reprovação das contas do gestor de 2016, por um problema crônico do Município de Jataí. Cabe ressaltar, também, que as contas de gestão dos exercícios de 2013, 2014, 2015, 2017 e 2018 foram aprovadas com ressalvas, conforme Acórdãos 06420/16, 04466/17, 00306/18, 07824/2019.

Desta forma, considerando as alegações do recorrente, os documentos juntados, os dados constantes do sistema, concluo, excepcionalmente, pela ressalva das irregularidades dos itens 2 e 3.

Considerando o acima exposto, entendemos no sentido de emitir Parecer Prévio pela aprovação com ressalvas das contas do Chefe do Poder Executivo de Jataí no exercício de 2016.



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Por fim, mesmo com o Parecer pela aprovação das contas, a multa no valor de R\$ 1.000,00, deverá ser mantida, por ter caráter instrutivo e não apenas punitivo.

Em razão desse fato, o presente voto será convertido em dois instrumentos processuais distintos, quais sejam:

1º - Parecer Prévio - que manifestará a Câmara Municipal o posicionamento técnico do Tribunal acerca das Contas de Governo de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo;

2º - Acórdão - que declarará a situação das contas do chefe do Poder Executivo, apontará as possíveis ressalvas e irregularidades, aplicará as sanções, recomendações e determinações quando cabíveis. Caso constatado que nas Contas de Gestão, além do Prefeito, atuaram um ou mais gestores, o julgamento das respectivas contas deverá compor o mesmo Acórdão.

Com base no que acima foi exposto, esta relatoria diverge dos posicionamentos da Secretaria de Recursos e Ministério Público de Contas, no sentido de ressaltar as irregularidades 2 e 3, manifestando o seu voto por:

PARECER PRÉVIO

I. Conhecer do Recurso Ordinário, para, no mérito, **DAR PROVIMENTO**, no sentido de;

II. Emitir o Parecer Prévio pela **aprovação com ressalva** das presentes Contas de Gestão, de responsabilidade de HUMBERTO DE FREITAS MACHADO, Prefeito e Gestor do Poder Executivo do Município de Jataí, no exercício de 2016, em razão das ressalvas das irregularidades apontadas nos itens 2 e 3;

III. Determinar, após o trânsito em julgado, que os autos sejam encaminhados à Câmara Municipal de Jataí para providências e julgamento, por força da tese fixada pelo



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

Supremo Tribunal Federal ao decidir o Recurso Extraordinário nº 848.826/DF, de 17 de agosto de 2016.

ACÓRDÃO

I. Conhecer do Recurso Ordinário, e, no mérito, dar-lhe, no sentido de;

II. Reformar a decisão proferida no Acórdão 08736/2018, e declarar que **não há irregularidades que maculam as Contas de Gestão**, de responsabilidade de HUMBERTO DE FREITAS MACHADO, Prefeito E Gestor do Poder Executivo do Município de Jataí, no exercício de 2016.

III. Considerar ressalvadas os itens 1, 2 e 3;

IV. Manter a multa no valor de R\$ 1.000,00, imputada ao Sr. Humberto de Freitas Machado.

Evidencia-se que na análise técnica foram considerados os documentos constantes da prestação de contas, assim como as informações apresentadas ao SICOM/TCM, sob o aspecto da veracidade ideológica presumida.

Destaca-se, finalmente, que as conclusões registradas nos presentes autos não elidem responsabilidade por atos não alcançados pelo conteúdo da prestação de contas, e por constatações de procedimentos fiscalizatórios diferenciados, tais como inspeções, denúncias ou tomada de contas.

É o voto".

VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

É dever do Ente Federativo repassar à Unidade Gestora, de forma integral e a cada competência, as contribuições devidas ao RPPS. Essa responsabilidade decorre da necessidade de serem observados e cumpridos os princípios



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

do caráter contributivo e do equilíbrio financeiro e atuarial, consagrados no artigo 40 da Constituição Federal e na Lei nº 9.717/1998 e essenciais para a sustentabilidade dos regimes de previdência dos servidores públicos. Entretanto, caso as contribuições devidas pelo Ente Federativo não sejam repassadas à Unidade Gestora até o seu vencimento, poderão ser objeto de acordo para pagamento parcelado em moeda corrente, desde que observados os critérios estabelecidos nos artigos 5º e 5º A da Portaria MPS nº 402/2008.

Dessa forma, a ausência ou a insuficiência do repasse das contribuições previdenciárias à unidade gestora do RPPS afronta o mandamento constitucional do caráter contributivo e solidário do respectivo regime previdenciário, resultando, por conseguinte, no desequilíbrio financeiro e atuarial do regime.

O escritor Nogueira⁷ evidencia o resultado das condutas dos Administradores que destoa do mandamento constitucional do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS:

(...) mantida a postura atual de não se tratar com a devida importância o equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS, essa situação irá se agravar no futuro, com prejuízo para a própria capacidade administrativa dos entes federativos. O desequilíbrio nas contas públicas, ocasionado pelo crescimento contínuo das despesas com pessoal, poderá comprometer a capacidade de efetivação das políticas públicas de interesse direto dos cidadãos, tais como saúde, educação, segurança e moradia, e conduzirá à necessidade imperiosa de severas reformas previdenciárias que ameaçarão os direitos dos servidores públicos. A efetivação do equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS caracteriza uma política pública e exige ser considerada como tal, pois caracteriza uma tarefa assumida pelo Estado de garantir um direito social específico (a previdência



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

social) a uma parcela da coletividade (os servidores públicos) de forma justa e com o emprego de recursos tais que a manutenção desse direito não venha a se constituir em ônus excessivo para o conjunto mais amplo da sociedade, o que passa necessariamente pela atividade de planejamento.

Consoante análise técnica os débitos apontados foram objeto de parcelamento devidamente comprovado nos autos.

Devemos ser conscientes de que, contrariamente ao senso comum, o rombo previdenciário não é provocado pelo plano de benefícios do regime ou pelo volume de beneficiários, mas sim **pela pura e simples desídia dos gestores incumbidos de cumprir a correspondente obrigação estatal e municipal.**"

Conclui-se, após análise dos autos, que o Poder Executivo tinha no exercício de 2016, uma dívida junto ao JATAIPREV nos valores de R\$ 4.682.786,52 (parcelas vincendas em 2016 de valores reparcelsados de contribuições não pagas de gestões anteriores) e de R\$ 4.315.204,61 (contribuição parte patronal do exercício de 2016), entretanto, no exercício de 2016 foi empenhado e pago ao JATAIPREV os valores de R\$ 1.239.041,44 (parcelas vincendas em 2016, atualizado com juros e correções monetárias) e R\$ 3.245.491,33 (parte patronal 2016 repassado ao JATAIPREV).

A Dívida do Poder Executivo do Município de Jataí junto ao JATAÍPREV/RPPS, soma o valor de R\$ 14.085.193,42 (quatorze milhões, oitenta e cinco mil, cento e noventa e três reais e quarenta e dois centavos), valor este já atualizado com juros e correções monetárias até o último



Câmara Municipal de Jataí

O poder que vem do povo

parcelamento e reparcelamento realizado em 16/02/2017.

Pelo exposto, sugerimos nova análise jurídica por esta Procuradoria, para prosseguimento do feito.

Jataí (GO), 19 de abril de 2022.


Simone Roveda de Lima de Melo
CRC/GO 016524/0